



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001592-28.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Carlos Alberto Balieiro Pereira**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

CARLOS ALBERTO BALIEIRO PEREIRA ajuizou a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face da TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO S/A), todos qualificados nos autos, aduzindo, em suma: 1) que contratou com a empresa requerida um plano para telefonia móvel, denominado "VOCÊ ILIMITADO 45 – TIT", e que para sua surpresa, em agosto de 2013, a postulada "cobrou todos os acessos que foram feitos na internet", totalizando R\$ 320,92; 2) que entrou em contato com a requerida que comprometeu-se a resolver referida pendência em 24 horas; 3) que a requerida nada fez; 4) que na sequência, foi impedido de efetuar uma compra à prazo em estabelecimento comercial e ainda teve seu limite de crédito bancário bloqueado em virtude da negativação de seu nome, pedido pela requerida. Pediu a procedência da ação com a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais pelos dissabores e vexames que experimentou junto ao banco e no estabelecimento comercial.

A inicial veio instruída com os documentos.

Citada (fls. 65) , a ré ofereceu defesa às fls. 89 e ss., sustentando, em síntese: 1) que a expressão ilimitado, no plano contratado pelo autor, não diz respeito a utilização da internet, e sim apenas as chamadas por voz/ligações . No mais, insurgiu-se contra o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

pleito indenizatório e culminou por pedir a total improcedência da demanda. Juntou documentos.

Sobreveio réplica às fls. 127/130.

Em cumprimento ao despacho de fls. 131 foram oficiados o SPC e SERASA.

O SPC encartou informações a fls. 135 e o SERASA as fls. 139/140.

As partes foram instadas a produzir provas. Ambas as partes alegaram desinteresse.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O autor vem a Juízo confirmando que livre e conscientemente contratou os serviços de telefonia da requerida - PLANO "VOCÊ ILIMITADO 45 - TIT".

Pediu a declaração de inexistência de um débito anotado pela ré nos órgãos de proteção ao crédito e indenização pelos danos morais, alegando, basicamente, que tudo derivou de um erro da requerida que cobrou valor indevido (referente a utilização de serviços de internet).

Na defesa, a requerida alega que o plano de serviços contratado pelo autor não diz respeito a utilização de sinal da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

rede mundial de computadores, sendo, assim, regular a cobrança.

Nesses casos em que se atribui falha na prestação de serviços públicos (no caso de telefonia) a responsabilidade da concessionária é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos" (destaquei).

Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º, quais sejam, a inexistência do defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

E, no caso, me parece que a postulada esta com a razão já que o regulamento exibido com a defesa elenca - para o Plano especificado - várias vantagens ao consumidor em relação as chamadas por voz, sem qualquer alusão a utilização de sinal de internet, que, assim, deve ser mesmo tarifado.

Nessa linha de pensamento não há como o juízo declarar a inexistência do débito, até porque o autor não impugnou especificamente o montante

Tal decisão se configura mais consentânea com o dispositivo contido no art. 4º, inc. III do CDC, que determina a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Por fim, considerando que o autor não quitou o débito não vejo como reconhecer ilegítima a negativação operacionada pela postulada na rede de proteção ao crédito.

Ante o exposto e pelo que mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inaugural .

Sucumbente, arcará o requerente com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 724,00, com correção monetária a contar da publicação desta. A cobrança, todavia, fica condicionada aos termos da LAJ.

P.R.I.C.

São Carlos, 17 de outubro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**